

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A POLÍTICA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR E O CRESCIMENTO DA
INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO PERÍODO DO
“MILAGRE ECONÔMICO”

Roberta Magalhães da Cruz Machado
9514670-8

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Julho de 1999

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A POLÍTICA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR E O CRESCIMENTO DA
INDÚSTRIA DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO PERÍODO DO
“MILAGRE ECONÔMICO”

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Roberta Magalhães da Cruz Machado

Roberta Magalhães da Cruz Machado
9514670-8

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Julho de 1999

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradeço ao meu orientador, Marcelo de Paiva Abreu, à minha família e, ao meu namorado, Paulo Carneiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO I - As Teorias Subconsumistas e o Padrão de Consumo dos Bens Duráveis no Brasil no Período do “Milagre Econômico”	08
CAPÍTULO II - As Mudanças na Política Econômica no Período de 1967 à 1973.....	19
CAPÍTULO III - A Política de Crédito ao Consumidor e o Crescimento do Setor de Bens de Consumo Duráveis no “ Milagre Econômico”	28
CONCLUSÃO	38
BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

Depois de um princípio de ano particularmente difícil, em seguida a uma severa contração de liquidez que começara em 1966, iniciou-se, a partir do final de 1967, um período de crescimento econômico conhecido como o “milagre brasileiro” sem similar na história do país. O PIB cresceu 11,2% ao ano entre 1968 e 1973, sem grandes desequilíbrios setoriais, embora a indústria tenha crescido mais rapidamente que os outros setores, à taxa de 4,5% ao ano.

Com a sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva e a posse de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, em março de 1967, mudaram tanto o diagnóstico sobre as causas da inflação, quanto a ênfase no objetivo de retomar o desenvolvimento de forma sustentada. A persistência inflacionária estaria ligada a pressões de custo, especialmente aqueles relativos a crédito. O aumento da demanda contribuiria para a redução dos custos de produção através do aproveitamento da capacidade ociosa, dada a importância das economias de escala. Os controles compulsórios diretos sobre os preços, em substituição aos controles não compulsórios herdados da administração anterior, passariam a ter papel importante na lenta redução na taxa de inflação até 1973.

A política creditícia desempenhou um papel crucial entre 1967 e 1973. A estratégia de combater a recessão incluía uma maior expansão do crédito. A política creditícia até 1967 resultou em aumento significativo de créditos do sistema monetário, concomitante ao grande aumento da importância relativa dos créditos do sistema não monetário como parcela do total de empréstimos: Banco Nacional de Habitação, BNDE, Caixa Econômica Federal, financeiras. Ao aumento de crédito direto ao consumidor esteve associado o desempenho espetacular das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, cuja produção cresceu 24% ao ano entre 1968 e 1973. Embora fossem praticadas taxas de juros positivas, a política creditícia utilizou controles diretos de taxas de juros, bem como regras relativas a recolhimento diferenciado de compulsório ao Banco Central para induzir o que se chamava de crédito seletivo, ou seja, concentração de empréstimos à agricultura e às exportações. Os subsídios creditícios setoriais tiveram papel crucial na política do governo, especialmente no caso desses dois setores.

Alargando em termos absolutos o mercado para os bens de consumo duráveis, a expansão do crédito ao consumidor permitiu que uma porção maior da população tivesse acesso aos mesmos, propiciando assim uma mudança substancial nos padrões de consumo vigentes. Esse aumento de mercado para os bens de consumo duráveis e a conseqüente explosão nas taxas de crescimento dos setores industriais não estavam previstos nas diversas teorias pessimistas da década de 1960 sobre o crescimento econômico no Brasil. Essas teorias afirmavam que o Brasil sofria de uma inadequação entre a oferta de produtos industriais e a sua demanda. O subconsumo existente na economia brasileira impedia, segundo essas visões, um crescimento econômico satisfatório.

Tendo em vista a discussão acima proposta, o objetivo desse estudo é analisar o papel desempenhado pela política de crédito ao consumidor no crescimento do setor produtor de bens de consumo duráveis, e mostrar como foram criticadas as teorias subconsumistas do crescimento econômico.

No capítulo I, apresentamos algumas teorias subconsumistas de crescimento econômico formuladas na década de 1960. As idéias presentes nessas teorias serão confrontadas através de um estudo sobre o padrão de consumo dos bens duráveis.

O segundo capítulo descreve, de um modo amplo, as mudanças na política macroeconômica, em especial as de contenção da inflação, adotadas no período do “milagre brasileiro”.

No terceiro capítulo abordamos as razões para a utilização da política de crédito ao consumidor com vistas a aumentar a produção do setor de bens de consumo duráveis.

Finalmente, será apresentada uma seção conclusiva na qual se traçará a relação entre a política creditícia adotada pela equipe econômica liderada pelo ministro Delfim Netto, o aquecimento do setor produtor de bens de consumo duráveis e o enorme crescimento do produto agregado.

CAPÍTULO I - AS TEORIAS SUBCONSUMISTAS E O PADRÃO DE CONSUMO DOS BENS DURÁVEIS NO BRASIL NO PERÍODO DO “MILAGRE ECONÔMICO”

A nova equipe econômica que assumiu o governo em 1967, liderada pelo ministro da Fazenda Delfim Neto, tinha o desafio de expandir a atividade econômica e prosseguir adotando políticas que resultassem na relativa estabilidade de preços. A estratégia adotada foi bastante semelhante à do governo anterior: a busca do crescimento econômico promovido pelo aumento de investimentos em setores diversificados; uma diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; incentivos à expansão do comércio exterior e, finalmente, uma elevada prioridade para o aumento da oferta de emprego e outros objetivos sociais.¹ Esses objetivos claramente não tinham sido atingidos no governo Castelo Branco e essa constatação levou a um novo diagnóstico da economia e, em particular, das causas da inflação remanescente. A nova equipe econômica estava convencida de que a pressão sobre o nível dos preços era principalmente oriunda da área de custos (notadamente o custo de crédito).

¹ Lago (1990)

Com um diagnóstico de inflação de custos, o novo governo passou a fazer uso de ferramentas que expandissem a demanda brasileira: uma melhor utilização da capacidade existente e políticas monetária, fiscal e creditícia mais flexíveis.

A partir de 1968, primeiro ano da plena implementação da política mais expansionista do governo, tanto o produto global como os produtos setoriais apresentaram forte crescimento. Entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu à taxa média de 11,2%. O crescimento industrial foi particularmente significativo, tendo a indústria de bens de capital crescido 18,1% e a indústria de bens intermediários à taxa de 13,5%. No entanto, o setor que mais chama atenção em termos de crescimento no período do “milagre econômico” é o de bens de consumo durável, cuja taxa de crescimento atingiu 23,6% no período.

Tabela 1.1

Brasil: A Distribuição Setorial por Uso Final do Valor Adicionado, Valor do Produto e Emprego no Setor Manufatureiro, 1959 e 1970

	Valor Adicionado		Valor do Produto		Emprego	
	1959	1970	1959	1970	1959	1970
Bens de consumo duráveis	9,18	13,28	11,06	11,94	7,88	11,67
Bens de consumo não duráveis	41,35	37,04	46,49	41,30	47,76	41,11
Bens de capital	13,41	13,71	11,39	11,53	10,33	12,58
Bens intermediários	36,06	35,98	31,06	35,24	34,03	34,64

Fonte: IBGE, Censo Industrial, 1959 e 1970

Os anos que antecederam o período do “milagre” foram marcados por uma forte concentração de estudos que tentavam explicar a dificuldade enfrentada pelo Brasil em atingir altas taxas de crescimento. Dentre esses estudos, destacaram-se as teorias de crescimento baseadas numa visão subconsumista do mercado brasileiro. Essa corrente afirmava que o crescimento da economia seria muito difícil de ocorrer devido a um

problema crônico de inadequação de demanda. Segundo esses autores, não existia um mercado consumidor suficiente para sustentar um crescimento industrial satisfatório. A tendência à concentração da renda que teria se tornado inerente ao processo de industrialização brasileira, reforçada por outros elementos da estrutura econômica, particularmente o sistema fundiário, originara um perfil estilizado de demanda, no final da década de 60².

Esse perfil de demanda abrangia quatro segmentos. O primeiro segmento dizia respeito à metade da população brasileira. Esses indivíduos possuíam apenas 20% da renda nacional, tendo acesso apenas marginal à economia de mercado. O segundo segmento representava 40% da população e possuía aproximadamente 40% da renda nacional. Essa classe teria acesso aos produtos não duráveis de consumo mais corrente. O terceiro e quarto segmentos, representando 9% e 1% da população respectivamente, detinham 10% e 20% da renda nacional, formando um mercado diversificado, em que se integravam os bens de consumo duráveis e não duráveis³.

“O processo de concentração de renda traduz-se, na prática, em tendência à diversificação das formas de consumo dos grupos privilegiados. As indústrias de bens de consumo duráveis se beneficiam diretamente dessa evolução. Entretanto, como essas indústrias são exatamente aquelas que, em razão do progresso tecnológico, mais se beneficiam das economias de escala de produção, as reduzidas dimensões do mercado obrigam-nas a operar com custos relativamente altos. Mais ainda, o crescimento da renda de um grupo de pessoas de níveis já muito altos de consumo, cria a necessidade de uma diversificação crescente desse consumo, sob a forma de melhora na qualidade dos

² Furtado (1969) p. 37

produtos e na diversificação de seus padrões. (...) Desta forma, a industrialização tende a realizar-se dentro de um canal cada vez mais estreito e num sentido cada vez mais contrário ao da tecnologia moderna, principalmente orientada para as economias de escala de produção. Em tais condições, pode-se criar um sistema industrial altamente integrado, formado de unidades modernas, mas de custos de produção relativamente elevados, em razão da inadequada dimensão das unidades produtivas. Mais se concentra a renda, mais se diversifica o consumo dos grupos de altas rendas, mais inadequada é a evolução do perfil da demanda no que respeita ao aproveitamento das economias de escala de produção. O progresso tecnológico será assimilado na aparência, mas os seus melhores frutos não serão colhidos.⁴”

Segundo as interpretações subconsumistas para a crise no setor de bens de consumo duráveis no início dos anos 60, a excessiva concentração na distribuição de renda colocou limites para a diversificação e expansão do consumo da classe média⁵. Seria necessário, segundo eles, uma profunda transformação na distribuição de renda para que o Brasil pudesse crescer a taxas mais elevadas.

No entanto, o principal fator que levou ao crescimento do setor de bens de consumo duráveis no final da década de 60 não foi uma transformação radical na distribuição de renda da população, e sim o mecanismo de crédito direto ao consumidor, que aumentou a participação das classes média e baixa no consumo desses bens.

³ Para uma análise mais detalhada ver Furtado (1969)

⁴ Furtado (1969) p. 42

⁵ Tavares (1973)

A partir de agora analisaremos, através de pesquisas sobre os gastos domésticos na década de 70, o padrão de consumo dos bens duráveis no Brasil na época do “milagre econômico”⁶.

A tabela 1.2 mostra a porcentagem de domicílios em cada decil da distribuição de renda domiciliar possuindo uma série de bens de consumo durável. A grosso modo, os 40% com menor renda domiciliar representam a massa da pobreza rural e urbana. Os próximos 40% representam a classe trabalhadora urbana, e os 20% com maior renda domiciliar são as classes média e alta rural e urbana.

A idéia presente na obra de Furtado de que os 50% mais pobres teriam acesso apenas marginal à economia de mercado, não contribuindo para as indústrias de bens de consumo duráveis e não-duráveis, parece precipitada quando observamos os dados expostos na referida tabela.

Diversos bens de consumo duráveis, como rádios, máquinas de costura e ferros de passar já eram caracterizados em 1972 por um alto grau de difusão mesmo nos domicílios com as menores faixas de renda. Mesmo os bens como televisão, enceradeira, geladeira e liquidificador, restritos às áreas urbanas, apresentam uma alta proporção de consumo, sendo substancialmente maior que os 5% ou no máximo 10% de domicílios assumidos convencionalmente como mercado para bens de consumo durável modernos.

⁶ Os parágrafos que se seguem são baseados em Wells (1977) caps 3 e 6.

TABELA 1.2

Brasil: 1972: Porcentagem dos domicílios em cada decil da distribuição de renda domiciliar possuindo uma série de bens de consumo duráveis.

	0-10	10-20	20-30	30-40	40-50	50-60	60-70	70-80	80-90	90-100	média de todos os domicílios
Fogões elétricos e a gas	10	14	24	33	56	56	77	82	88	92	53
Máquina de Costura	21	25	33	38	46	53	61	67	72	75	49
Ferros de Passar	/	10	18	26	45	45	69	75	84	95	47
Rádios Portáteis	10	13	18	21	29	29	37	42	49	67	31
Geladeiras	3	3	6	10	16	24	41	53	68	87	31
Televisões	3	3	6	10	17	27	45	57	70	85	32
Liquidificador	2	3	5	8	16	16	36	46	60	81	27
Enceradeira	1	1	2	3	7	7	19	28	41	65	17
Bicicletas	5	7	11	13	18	18	21	23	24	26	17
Carros	0,4	0,6	0,9	1,6	2,4	4,2	8,2	14,8	24,9	59,7	11,7
Ventiladores	1	1	1	1	5	5	11	15	22	38	10
Máquinas de lavar	0	0	0	1	1	2	3	6	12	33	6
Batedeira	0	0	0	1	1	1	4	7	13	36	6
Aspirador de Pó	0	0	0	0	0	1	1	3	6	25	4
Ar-condicionado	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	1
Motocicletas	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0
Número de carros por família dona de carro	1,02	1,05	1,03	1,03	1,03	1,03	1,02	1,03	1,06	1,21	1,05
Média Anual de renda domiciliar (US\$)	128	254	400	506	686	934	1305	1819	2636	8663	1726

Fonte: J. Wells (1977) p.116

Outra observação importante que podemos notar na tabela 1.2 é que a maioria dos produtos com baixa penetração de mercado, inclusive nos domicílios com alta renda, são substitutos do trabalho feminino, como aspiradores, batedeiras, enceradeiras e

máquinas de lavar. Isso deve-se provavelmente ao baixo custo de oportunidade do trabalho feminino no Brasil.

Excluindo-se a categoria de produtos substitutos do trabalho feminino podemos perceber no Brasil do início da década de 1970 um mercado com dimensões razoáveis, longe de ser caracterizado por um subconsumo, como afirmam muitos autores.

Além da difusão do consumo de bens duráveis não caracterizar uma participação marginal da população com menores níveis de renda, outro dado que podemos observar é que não parece haver uma forte descontinuidade no perfil da demanda brasileira. Apesar dos 40% dos domicílios com menor renda apresentarem um baixo consumo de alguns bens duráveis, praticamente a totalidade da classe trabalhadora urbana tem acesso aos bens de consumo “modernos”, o que já representa um significativo mercado consumidor para o setor de duráveis.

A tabela 1.3 mostra a importância do crédito e do mercado de segunda-mão na aquisição de alguns bens de consumo duráveis. Pode-se notar a relação positiva entre o preço do bem e o uso do crédito para adquiri-lo. Quanto mais valioso o bem, maior é a parcela do crédito como forma de aquisição. Do estoque desses bens possuídos em 1972, 71% das televisões, 66% das geladeiras, 69% dos carros e 58% das máquinas de lavar foram comprados via crédito. Apesar do mercado de segunda-mão não ser muito ativo no Brasil, percebe-se que para os automóveis, bicicletas e motocicletas sua participação foi significativa.

TABELA 1.3

Brasil 1972: Estoque de bens de consumo duráveis* em % ano classificados de acordo com a forma de aquisição e suas condições.

	Crédito	À Vista	Presentes	Novos	Segunda-mão
Automóveis	69	30	1	51	49
Motocicletas	47	52	1	36	64
Ar-condicionados	43	50	7	96	4
Máquinas de Lavar	58	35	7	95	5
Televisões	71	24	5	93	7
Geladeiras	66	28	6	91	9
Fogões elétricos e a gas	59	35	6	90	10
Bicicletas	37	58	5	60	40
Máquinas de Costura	39	51	10	78	22
Aspiradores	34	49	17	85	15
Enceradeiras	48	38	14	95	5
Ventiladores	36	52	12	85	15
Rádios de Mesa	28	64	8	77	23
Rádios Portáteis	26	62	12	86	14
Liquidificadores	35	46	19	96	4
Batedeira	31	44	25	99	1
Ferros de Passar	11	73	16	96	4

*ordenados de acordo com os preços unitários

Fonte: J. Wells (1977) p. 120

Essa tabela indica que a população mais pobre tem acesso a determinados bens não porque os compra, mas porque os recebe como presentes ou os adquire através de mercados de segunda-mão. Dessa forma, a renda domiciliar não seria um bom termômetro do real consumo desses bens. Apesar desse argumento fazer sentido, apenas os 2 decis de domicílios com menor renda encaixam-se nesse perfil, como ilustra a tabela 1.4.

Tabela 1.4

Comparações entre as porcentagens das distribuições do total de gastos em bens domésticos, propriedade de estoque de vários bens e renda doméstica disponível — Rio 1967/68

Decis da distribuição de renda doméstica	Gastos em bens domésticos	Propriedade de geladeiras	Propriedade de televisões	Propriedade de enceradeiras	Propriedade de liquidificadores	Renda disponível
10 -	2,53	4,53	3,10	2,38	3,56	2,49
10	4,35	6,24	5,15	3,91	5,44	3,62
10	5,32	7,12	6,36	4,86	6,59	4,24
10	8,72	8,91	8,38	7,09	8,36	5,34
10	10,58	10,26	10,14	9,22	9,78	6,38
10	10,52	11,29	11,98	11,89	11,07	7,64
10	11,20	12,38	12,58	13,22	12,52	9,74
10	11,24	12,89	13,40	14,61	13,48	11,84
10	13,48	13,01	14,19	16,31	14,16	16,52
10 +	22,08	13,33	14,71	16,61	15,10	32,19

Fonte: J.Wells (1977) p.122

Feita essa consideração, podemos tomar a tabela 1.2 como referência para o padrão de consumo dos bens duráveis e chegar a algumas conclusões. Primeiro, o grau de difusão de mercado desse tipo de bem não estava restrito a uma pequena camada da sociedade mais rica. Dessa forma, o crescimento que esse setor industrial apresentou não pode estar diretamente condicionado ao aumento da concentração de renda. Segundo, a saturação de consumo de alguns bens que pode ser notada nas camadas sociais com renda mais alta sugere que tem que ter havido um aumento de mercado nas

camadas mais pobres; de outra forma não seria possível explicar o enorme crescimento desse setor industrial. Com isso, não há nenhum antagonismo entre a expansão da renda da classe trabalhadora e o padrão de crescimento econômico- cujo componente principal é a rápida expansão dos produtos de consumo duráveis.

Comparando o padrão de consumo entre os censos de 1960 e 1970 percebe-se que o aumento de consumo de alguns bens duráveis foi mais substancial nas camadas com menores rendas do que nas camadas mais ricas. A tabela 1.5 mostra que a média de consumo de geladeiras e de televisões aumentou 52% e 181% nesse período, sendo que fica claro que os 60% de domicílios com menores rendas mensais experimentaram o aumento mais substancial.

Tabela 1.5

A cidade do Rio de Janeiro em 1960 e 1970: A porcentagem de domicílios em cada decil da distribuição de domicílios por pagamentos mensais de aluguel possuindo uma seleção de bens de consumo duráveis.

Decis da distribuição de domicílios por aluguel mensal	Geladeiras		Televisões	
	1960	1970	1960	1970
0-10	25	44	11	40
10-20	30	47	14	42
20-30	31	63	14	58
30-40	32	64	14	61
40-50	44	84	20	80
50-60	51	84	23	80
60-70	57	87	27	83
70-80	69	94	34	91
80-90	76	94	42	91
90-100	86	98	55	93
Média	50	76	27	71

Fonte: J.Wells (1977) p.131

Não podemos negar que houve um aumento da concentração de renda nos decis mais altos durante o período do “milagre econômico”. O coeficiente de Gini aumentou de 0,48 em 1960 para 0,56 em 1970. Reduções no salário real causadas por

subestimativas do resíduo inflacionário, disparidades entre os mercados de mão- de-obra qualificada e não qualificada e elevações dos lucros empresariais a partir de 1968 elevaram a diferença econômica entre ricos e pobres.

No entanto, o que pudemos perceber ao longo dessa seção é que o aquecimento do setor industrial entre 1967 e 1973 esteve ligado ao aumento do mercado interno brasileiro, em especial ao aumento do poder de compra das camadas com menores rendimentos. A maior disponibilização de crédito ao consumidor, que fez parte da política monetária mais flexível do governo, tornou a classe média brasileira um importante mercado para os bens de consumo duráveis.

CAPÍTULO II - AS MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA NO PERÍODO DE 1967 - 1973

A equipe econômica que assumiu o comando da economia com o advento do regime militar, em 1964, sob o comando de Roberto Campos e Octavio Bulhões, identificou a inflação como o problema básico da economia. A estagnação econômica e o descompasso das contas externas decorreriam, em boa parte, das distorções e incertezas resultantes de elevadas taxas de inflação que estavam associadas com o desequilíbrio das contas públicas e com a política salarial recente. Tanto o diagnóstico da inflação quanto às medidas que deveriam ser tomadas para a sua redução seguiram tendência ortodoxa.

A ortodoxia começa no diagnóstico da situação inflacionária. A inflação é percebida como consequência imediata da excessiva expansão monetária. A causalidade é direta e nessa ordem: excessiva expansão de moeda e crédito causam inflação. Os mecanismos de transmissão através dos quais a expansão excessiva de moeda e crédito transforma-se em inflação não são bem precisos. Sabe-se apenas que a mediação é feita por pressões generalizadas de demanda associadas à excessiva expansão monetária. Entende-se por expansão monetária excessiva aquela que é superior à demanda real de moeda por parte dos agentes econômicos. A demanda de moeda, por sua vez, é baseada

na teoria quantitativa, ou alguma variante próxima. A moeda necessária na economia é proporcional ao produto. O ponto importante é que o nível de produto ou sua taxa de crescimento são considerados independentes da taxa de expansão da moeda. Esta neutralidade da moeda retira da inflação qualquer funcionalidade. Inflação é apenas moeda em excesso⁷.

O diagnóstico ortodoxo aponta três causas para o excesso de moeda numa economia: incompetência dos governantes, clientelismo populista e excessiva intervenção governamental na economia. Essas três causas materializam-se no excesso da despesa do governo sobre a receita e no financiamento deste déficit orçamentário através da emissão. A inflação, distorcendo o sistema de preços relativos e aumentando o grau de incerteza do sistema, é consequência da intervenção do governo na economia que perturba o bom funcionamento do sistema de mercado e impede a alocação eficiente de recursos.

A partir desse diagnóstico, a ortodoxia aponta a receita para o controle da inflação. Políticas monetária e creditícia restritivas, de forma que “enxuguem” o excesso de moeda no sistema e ponha fim ao estado generalizado de excesso de demanda. Como a principal fonte da expansão monetária excessiva, segundo o diagnóstico ortodoxo, é o déficit orçamentário do Tesouro, é necessário fazer também uma política fiscal restritiva. A redução nas despesas do governo também atua no sentido de reduzir as pressões de demanda no sistema, quando corta justamente os gastos que devem ser cortados, pois as

⁷ Resende (1990) p. 225-230

despesas do governo são essencialmente ineficientes e causadoras de distorções na economia⁸.

O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) criado em novembro de 1964 pela dupla Campos e Bulhões não pode ser caracterizado como um programa essencialmente ortodoxo uma vez que acentuou a importância das taxas de crescimento da economia, qualificando o combate à inflação no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade econômica. No entanto, os instrumentos manipulados para a redução da inflação foram aqueles apontados pela corrente ortodoxa como eficientes: redução no déficit federal, controle da expansão de crédito ao setor privado e redução salarial, como podemos observar na tabela 2.1.

Os resultados da utilização dessas medidas foram surpreendentes no que dizem respeito à sua rapidez e sucesso. Por volta de 1966, o déficit orçamentário como percentagem do Produto Interno Bruto havia sido reduzido em um quarto daquele em 1963. A oferta monetária nominal no mesmo ano cresceu apenas 15% e o crédito bancário ao setor privado foi reduzido de forma similar. Os salários mínimos após 1964 cresceram a uma taxa inferior ao aumento dos preços, especialmente quando medidos pelo custo de vida. A inflação em 1966 havia sido reduzida a menos da metade da taxa de 1963 e o crescimento do produto real havia triplicado.

No entanto, a contenção dos salários reais representava uma ação tanto do lado da demanda agregada quanto dos custos das empresas e a política econômica como um todo revelava um diagnóstico do processo inflacionário bem menos simplista do que uma

⁸ Resende (1990) p. 225-226

explicação baseada exclusivamente em fatores de pressão de demanda. Ou seja, a política gradualista implementada a partir de 1964, ainda que concentrada na contenção da demanda certamente identificava, também, fatores de inflação de custos e a necessidade de um maior realismo de preços e tarifas.

Tabela 2.1: Instrumentos e Objetivos da Política de Estabilização

Variações Anuais (%)

Ano	Déficit Orçamentário da União (% PIB)	Oferta Monetária (*)	Crédito Bancário ao Setor Privado (*)	Salário Mínimo	Custo de Vida (*)	Índice de Preços	PIB
1963	4.2	64.0	54.9	56.8	80.2	78.0	1.5
1964	3.2	85.9	80.3	91.7	86.6	87.8	2.9
1965	1.6	75.4	54.9	54.0	45.5	55.4	2.7
1966	1.1	15.0	35.8	30.6	41.2	38.8	5.1
1967	1.7	42.6	57.2	25.3	24.1	27.1	4.8

(*) dezembro a dezembro

Fonte: Fishlow (1973) p. 72

A existência de inflação oriunda da área de custos está relacionada com o alto grau de monopolização das indústrias brasileiras nas décadas de 50 e 60. Para certos tipos de produtos como geladeiras, máquinas de lavar e motores elétricos a fração de mercado das três maiores empresas chega a ser maior que 80%. Esse poder de monopólio parece ser mais característico entre os bens de capital e os bens de consumo duráveis mais genericamente. Mas mesmo em algumas indústrias orientadas ao consumo mais corrente, como as produtoras de tabaco, bebidas e produtos alimentícios, a participação das grandes firmas era e ainda é muito substancial. Nessas indústrias, pouco

mais de 1% das firmas representam muitas vezes $2/3$ do produto total. Dessa forma, reduções na demanda desses bens causam um impacto significativo no nível de preços da economia.

O preço e a variação na quantidade de manufaturas produzidas nos períodos 1955-58 e 1962-66 são correlacionados negativamente, os coeficientes sendo -0.44 e -0.21 respectivamente⁹. Isso significa que quando essas indústrias crescem a uma taxa mais rápida os preços aumentam menos. Se o verdadeiro vilão da inflação fosse o excesso de demanda, a correlação entre preço-quantidade deveria ser positiva. O rápido crescimento da produção implica em custos unitários reais mais baixos o que reduz a inflação. Quanto mais produtos forem produzidos, maior será o papel das economias de escala na redução dos custos e a pressão nos preços pelo excesso de demanda será minimizada. Da mesma forma, quanto menor for a demanda, menos unidades serão produzidas, menor será o benefício das economias de escala na redução dos custos e maior será a inflação.

Dessa forma, a política econômica do novo governo assumida em 1967 passou a basear-se em princípios diferentes do governo anterior, ficando clara a mudança de estratégia com a declaração do próprio ministro Delfim Neto de que nos últimos meses o caráter da inflação teria mudado de uma inflação de demanda para uma inflação de custos. A afirmação pública de Delfim Neto de que taxas de inflação por volta de 15% seriam toleradas já evidenciava uma radical mudança na política econômica. Necessidades de ordem política também pareciam exigir uma retomada do crescimento, para legitimar o regime. Esta somente seria compatível com um programa de redução da

⁹ Fishlow (1973) p.78

inflação que não resultasse em uma contenção indevida da demanda. A existência de significativa capacidade ociosa no setor industrial sugeria que a produção poderia reagir a estímulos adequados.

A inflação de custos era encarada como uma realidade. Políticas agregadas foram relaxadas. Um maior déficit e um farto fornecimento de crédito ao setor privado levaram a um aumento considerável na oferta monetária. A quantidade de moeda total aumentou mais entre os meses de março e junho de 1967 do que no ano de 1966, e o mesmo aconteceu com os empréstimos privados.

A inflação não acelerou, o produto real sim. A oferta monetária crescente era absorvida devido a reduções nas taxas de juros nominais e também devido a expectativas de crescimento revisadas. A heterodoxia produziu resultados. A partir de 1967 a inflação ficou estabilizada em aproximadamente 20% e o produto cresceu rapidamente¹⁰.

O novo governo logo anunciaria uma estratégia bastante semelhante à do governo anterior: a busca do crescimento econômico promovido pelo aumento de investimentos em setores diversificados; uma diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; incentivos à expansão do comércio exterior e, finalmente, uma elevada prioridade para o aumento da oferta de emprego e outros objetivos sociais.

O objetivo básico declarado pelo novo governo permanecia o desenvolvimento econômico. Na definição das Diretrizes da Política Econômica, destacavam-se como

¹⁰ Os parágrafos que se seguem são baseados em Lago (1990)

objetivos fundamentais: (i) a aceleração do desenvolvimento; (ii) a contenção da inflação. Na fase inicial, a aceleração do ritmo de desenvolvimento se daria através da melhor utilização da capacidade existente. Na etapa seguinte, o crescimento seria resultante da expansão da quantidade e melhoria da qualidade dos fatores de produção, mediante a intensificação dos investimentos nos setores prioritários, o aperfeiçoamento dos métodos de produção e o fortalecimento dos recursos humanos. Passada essa fase, para manter a taxa de crescimento do produto próxima a 6% ao ano, seria necessário elevar a taxa de investimento para 20% do produto.

Os investimentos públicos deveriam concentrar-se nos setores de infra-estrutura como energia, transportes, comunicação, siderurgia, mineração, educação, saúde e agricultura evitando-se uma pressão excessiva sobre o setor privado e promovendo-se uma redução progressiva da participação do setor público no investimento global.

Quanto à contenção da inflação, a nova estratégia procuraria tornar eficaz e objetivo o esforço de contenção dos preços. Sem descurar o controle dos focos tradicionais de inflação de procura, o diagnóstico do comportamento recente da economia brasileira conduzia a realizar um ataque concentrado sobre os focos da inflação de custos.

Um maior estímulo à demanda foi dado, já a partir de 1967, através de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis, que se tornariam nos anos seguintes gradualmente expansionistas. Foi particularmente notável a expansão do crédito, em especial o crédito ao consumidor e o crédito à agricultura. Uma oferta adequada de

alimentos era um claro objetivo do governo e, para atingi-lo, foram concedidos juros favorecidos e isenções fiscais.

Recursos para a construção e aquisição de moradias foram destinados através do Sistema Financeiro de Habitação. Criaram-se subsídios adicionais, facilidades creditícias e reduziram-se os entraves burocráticos para aumentar as exportações, que também foram beneficiadas pela adoção do regime de minidesvalorizações cambiais a partir de 1968. O clima para investimentos estrangeiros estava mais favorável.

Apesar da herança no curto prazo da administração anterior ter sido uma recessão, algumas políticas econômicas implementadas naquela época tiveram participação positiva e importante no governo do “milagre”. É o caso do saneamento das finanças públicas. Com as contas equilibradas e o financiamento do déficit público através da emissão de títulos, o governo foi capaz de realizar dispêndios em importantes setores de infraestrutura.

Todas as “grandes metas” estabelecidas pelo governo Médici em 1970 para o período 1970-1973 foram amplamente alcançadas, e a aceleração do crescimento, o objetivo básico do governo Costa e Silva, também superou todas as expectativas. O segundo objetivo básico, a contenção da inflação, também se efetivou durante boa parte do período, mas em 1973 a inflação já mostrava tendência crescente.

No campo social, parece claro que os trabalhadores, de uma maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua

evolução. Os salários, quando não declinaram, cresceram a uma taxa inferior à produtividade.

CAPÍTULO III- A POLÍTICA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR E O CRESCIMENTO DO SETOR DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO “MILAGRE” ECONÔMICO

O objetivo dessa seção é analisar a relação entre a política de crédito ao consumidor e o desempenho econômico do setor de bens de consumo duráveis atingido no Brasil no final da década de 60 e início da década de 70.

O grande crescimento industrial brasileiro no período do “milagre” foi impulsionado, em grande parte, pelo aumento da demanda por bens de consumo duráveis, resultante de uma política por parte do governo Costa e Silva que visava o aumento de crédito direto ao consumidor. A expansão dessa modalidade de crédito tornou possível a mudança dos padrões de consumo vigentes, gerando um aumento considerável do mercado de bens duráveis. Expansão essa que gerou taxas médias de crescimento do setor próximas de 20% no período.

O sistema de crédito ao consumidor foi institucionalizado no final da década de 60 com o claro objetivo de alargar o mercado interno para bens de consumo duráveis. Sua utilização significou um instrumento de política de longo prazo com vistas à viabilidade estrutural do modelo de crescimento adotado.

Freqüentes problemas inflacionários e a vigência da Lei da Usura que proibia juros acima de 12% ao ano sempre representaram importante entrave à concessão de empréstimos de longo prazo por parte dos bancos comerciais brasileiros. Através da Portaria nº 309 de 30.11.59 ocorreu a primeira tentativa de eliminar a lacuna entre os agentes financeiros. Nessa portaria ficou definido que operações de financiamento a médio e longo prazos deveriam ficar a cargo das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (Financeiras). No entanto apenas em 1968, com a Resolução nº 103, as operações das Financeiras passaram a ser unicamente a disponibilização de créditos ao consumidor ou usuário final, sendo as principais formas de captação o aceite e a colocação, no mercado, de Letras de Câmbio com deságio.

Dessa forma, os primeiros anos da década de 70 foram marcados pela especialização das Financeiras no crédito direto ao consumidor e pelo forte desenvolvimento da indústria de bens duráveis. A partir de 1970, como pode-se notar na tabela 3.1, o montante dos empréstimos de capital de giro às empresas fornecido pelas Financeiras passa a ser sistematicamente reduzido, chegando a níveis insignificantes já em meados dos anos 70, enquanto o valor destinado a crédito ao consumidor sofre um relevante aumento. Redirecionando as Financeiras do fornecimento às empresas de capital de giro para o crédito direto ao consumidor, fornecendo prazos de financiamento generosos e efetuando um controle temporário de juros, o governo implementava políticas de crédito no âmbito de políticas de estímulo industrial.

Tabela 3.1

EMPRÉSTIMOS POR ACEITE CAMBIAL (saldos em fim de período)

(Cr\$ milhões)

	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Financeiras	805	1560	3625	4452	6379	12551	19500	36643	45939	58115
Consumidor e Serv.	-----	-----	-----	3940	6105	12462	19463	35673	45938	58115
Capital de Giro	-----	-----	-----	512	274	89	37	6	1	0
Bancos de Investimento	101	545	933	1720	1906	2566	2515	931	343	118
Consumidor e Serv.	-----	-----	-----	-----	217	527	549	176	36	27
Capital de Giro	-----	-----	-----	-----	1689	2039	1966	755	307	162

Fonte: Coates (1985), p. 9.

A utilização da política de crédito ao consumidor como ferramenta de expansão ou contração do setor industrial especializado em bens de consumo duráveis está baseada na constatação de que as vendas e a produção de bens duráveis apresentam oscilações muito mais amplas do que aquelas dos demais componentes do produto agregado, em função das flutuações cíclicas da economia.

A razão das oscilações das vendas de produtos duráveis serem mais amplas que as de outros produtos ao longo dos ciclos econômicos está relacionada com as características intrínsecas de durabilidade desses bens. Para explicar essa peculiaridade utiliza-se o princípio do acelerador. Como o consumo dessa modalidade de produto é duradouro, um aumento em suas vendas representa uma variação no **gasto** dos duráveis mais que proporcional à variação em seu **usufruto**.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos bens disponíveis para compra, o gasto com os bens duráveis antecipa o consumo dos mesmos por vários anos. Quando se adquire um televisor, o consumidor desembolsa um quantia que pagará pelo serviço proporcionado pelo mesmo por alguns anos. Sendo assim, o consumo de bens duráveis se equipara ao fluxo de serviços que tais bens fornecem durante um período de tempo, enquanto o gasto com bens duráveis equivale ao valor total dos serviços fornecidos pelo durável ao longo de sua vida útil, adquiridos de uma vez só. Dessa forma, um pequeno aumento no consumo desses bens requer um aumento proporcionalmente maior no dispêndio dos duráveis, uma vez que para atender a tal variação na demanda é necessário dispor de um volume de serviços que atenderá, não só o consumo corrente, como também o consumo futuro durante um período razoável de tempo. Em outras palavras,

uma variação na demanda por duráveis gera uma variação no estoque desejado por duráveis que exige, por sua vez, uma variação mais que proporcional nas unidades novas vendidas já que as vendas correntes representam uma percentagem muito pequena do estoque efetivo¹¹.

O resultado inicial de uma maior disponibilidade de crédito ao consumidor é um aumento na demanda de bens de consumo duráveis, uma vez que concessões de crédito financiam dispêndios que não poderiam ser feitos sem uma rentabilidade financeira mais alta. Com os consumidores podendo gastar uma maior fração de sua renda, a propensão marginal a consumir é elevada, possibilitando níveis maiores de demanda agregada.

Devido aos efeitos do multiplicador econômico, o impacto final na demanda agregada resultante de uma liberação de crédito ao consumidor é ainda maior do que no primeiro impacto, dependendo a magnitude desse resultado das circunstâncias em que se encontram a economia. Se existe capacidade produtiva ociosa e desemprego, o fornecimento de crédito ao consumidor ao estimular um aumento na demanda por bens duráveis, aumentará o nível da demanda agregada de acordo com o efeito multiplicador, aumentando a produção de duráveis, reduzindo a ociosidade e o desemprego. Por outro lado, se a economia estiver no pleno emprego de seus recursos produtivos, o aumento da oferta agregada em termos reais só será possível através de aumento na capacidade produtiva obtido via expansão de parque industrial ou aumento dos recursos produtivos¹².

¹¹ Coates (1985) p.38

¹² Coates (1985) p.41

A utilização do controle de crédito ao consumidor baseada na evidência empírica de que a produção e as vendas de bens de consumo duráveis apresentam oscilações cíclicas com grande amplitude enquadra-se em dois argumentos diferentes¹³.

O primeiro argumento que justifica o uso da política creditícia como mecanismo estabilizador/estimulador do produto agregado se baseia no fato das flutuações no agregado serem a soma das flutuações nos seus componentes. Dessa forma, para estabilizar/estimular o crescimento do agregado é preciso estabilizar/estimular cada um dos componentes. Quanto maiores forem as flutuações relativas de um determinado componente, mais desejável será o seu controle ou o seu estímulo.

O segundo argumento para a utilização da política de crédito ao consumidor refere-se aos efeitos secundários das flutuações de um determinado componente no restante da economia. Aumentando-se a demanda por duráveis, aumenta-se a renda dos empresários e assalariados desse setor e do setor produtor de insumos, o que resulta em um aumento natural na demanda por diversos outros tipos de bens impactando positivamente o produto agregado. No entanto, esse efeito multiplicador só ocorrerá efetivamente se o aumento na demanda por duráveis não for resultante de uma diminuição na demanda por outro tipo de bem, o que poderia resultar em efeitos multiplicadores em sentidos opostos em outros setores, gerando um resultado líquido no agregado praticamente nulo.

¹³ Coates (1985) p.43

É possível saber se aumentos ou reduções em determinado componente do produto agregado geram efeitos multiplicadores líquidos pela observação do comportamento da demanda por encaixes monetários. Se o aumento (redução) da demanda por um bem durável reflete uma redução (aumento) da demanda por encaixes monetários podemos concluir que houve efeitos multiplicadores líquidos (alteração do agregado total). O fato de pelo menos parte da flutuação nas vendas dos bens duráveis estar positivamente correlacionada com mudanças no produto agregado indica que pelo menos essa parte das flutuações deve ser interpretada como deslocamento da demanda por encaixes monetários. O controle das condições de financiamento do crédito ao consumidor que reduzisse a despesa com bens duráveis em períodos de alto nível de atividade e aumentasse em períodos de recessão, contribuiria para uma demanda agregada mais estável.¹⁴

Além das repercussões secundárias citadas acima, não deve-se esquecer das expectativas dos empresários com relação à demanda agregada. Os bens de consumo duráveis e os bens de capital são considerados termômetros da situação geral da economia por vários empresários. Assim, um aumento na sua produção pode ser o sinal do advento de um período de expansão econômica e, por sua vez, uma queda pode representar o sinal de uma futura contração da atividade econômica.

Outro argumento para a utilização do controle de crédito ao consumidor é a insensibilidade da demanda por crédito a mudanças no custo do financiamento. Como tanto o principal como os juros de financiamento de um durável são pagos através de parcelas mensais, aumentos no custo do financiamento (taxas de juros) podem ser

¹⁴ Coates (1985) p.44

contornados estendendo-se os prazos de financiamento, de forma que o efeito nas prestações mensais seja praticamente nulo. Dessa forma, políticas monetárias que variam as taxas de juros podem ser ineficazes, sendo mais recomendável o uso de políticas de contenção ou expansão de crédito propriamente dito.

Alguns autores argumentam que políticas de controle de crédito ao consumidor são tecnicamente deficientes por atuarem indiretamente e numa base estreita, além de ser difícil decidir quando usá-las. Muitos afirmam também que o controle de crédito gera uma discriminação entre os indivíduos (entre aqueles que podem comprar à vista e os que compram via crédito e entre aqueles produtores de bens duráveis e os produtores de não duráveis), além de impedir que as forças de mercado atuem livremente (quantidade e preço determinados pelo encontro da oferta e demanda).

Apesar das críticas recebidas, a adoção de políticas de crédito ao consumidor possibilita influenciar, de uma maneira seletiva e direta, o desempenho de certas indústrias chaves com grande importância no produto industrial em períodos de aquecimento ou recessão na economia. Veremos a seguir alguns instrumentos utilizados pelo governo para controlar ou estimular o crédito.

Para muitos consumidores a quantia envolvida na prestação mensal é o elemento que determina a possibilidade de incorrer num financiamento para a aquisição de um bem durável. Reduções na prestação mensal para um consumidor que paga a prazo equivale a uma redução no preço de varejo para um consumidor que paga à vista. Dessa forma, quando o governo altera os prazos de financiamento ele estará causando um aumento ou uma redução na demanda por um durável, uma vez que o valor das prestações mensais

será alterado. O aumento do prazo máximo de financiamento faz com que aumentos de preços sejam mais facilmente absorvidos para um dado nível de renda; ou ainda, estimula os consumidores a comprarem produtos mais caros pagando a mesma prestação mensal¹⁵.

Outro instrumento de política de crédito é a alteração do valor inicial do bem financiado, a entrada. O aumento da entrada diminui o conjunto de escolhas dos consumidores. Os consumidores que estivessem dispostos a pagar uma entrada maior do que a regulamentada serão indiferentes ao seu aumento. No entanto os demais consumidores serão prejudicados, desestimulando a demanda por duráveis.

Além desses instrumentos, o governo também pode aumentar ou reduzir a percentagem do valor do bem a ser financiada ou mesmo tabelar as taxas de juros cobradas do mutuário. Essa última tem sua importância relacionada com o tamanho da prestação mensal e com a entrada desejável.

A importância assumida pelo setor de bens de consumo duráveis na determinação do produto industrial e a hipótese implícita de que a disponibilidade de crédito ao consumidor está intimamente ligada ao crescimento desse setor constituíram as bases da implementação de políticas de controle de crédito ao consumidor no Brasil a partir da década de 1970, no âmbito mais amplo de políticas de estabilização. O governo descobriu ter em mãos um instrumento capaz de atuar primordialmente sobre um segmento específico e importante da demanda agregada e ajudar a regular não só o

¹⁵ Coates (1985) p.48

desempenho do setor produtor de duráveis, como também o nível de atividade da indústria de transformação e da economia como um todo.

CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo foi analisado o papel da política de crédito ao consumidor como estratégia de combate à inflação de custos, e seus impactos na indústria produtora de bens duráveis.

Inicialmente, foram abordadas teorias subconsumistas de crescimento econômico. Vimos que na década de 1960 diversos autores eram pessimistas quanto ao crescimento da economia pois, segundo eles, havia no Brasil uma inadequação entre a demanda e a oferta industrial. Para esses autores, não existia um mercado consumidor suficiente para sustentar um crescimento industrial satisfatório. A tendência à concentração da renda que teria se tornado inerente ao processo de industrialização brasileira favoreceria o desenvolvimento de indústrias especializadas em produtos de consumo restringido em detrimento das indústrias para consumo corrente. Impossibilitado de beneficiar-se de economias de escala devido ao pequeno mercado consumidor, o padrão de industrialização brasileiro seria caracterizado por custos altos e pela incapacidade de gerar um forte aquecimento econômico.

Confrontamos a hipótese de subconsumo e de descontinuidade da demanda brasileira através de um estudo sobre o padrão de consumo dos bens duráveis no final da década de 1960 e início da década de 1970. Foi possível observar, através de uma série de tabelas, que mesmo a parcela da população com os menores decis de distribuição de renda familiar já possuía acesso a diversos bens de consumo duráveis na década de 1970. Vimos que, além da difusão do consumo de bens duráveis não caracterizar uma participação marginal da população com menores níveis de renda, o grau de consumo de duráveis por faixa de distribuição de renda não parece apontar para uma forte descontinuidade no perfil da demanda brasileira.

Em seguida, analisamos a estratégia da nova equipe econômica liderada pelo ministro Delfim Netto de expandir a demanda brasileira para alcançar uma estabilidade de preços e aumentar o crescimento econômico. A persistência inflacionária estaria ligada a pressões de custo, especialmente aqueles relativos a crédito. O aumento da demanda contribuiria para a redução dos custos de produção através do aproveitamento da capacidade ociosa, dada a importância das economias de escala. Com um diagnóstico de inflação de custos, o novo governo passou a fazer uso de ferramentas que expandissem a demanda brasileira: uma melhor utilização da capacidade existente e políticas monetária, fiscal e creditícia mais flexíveis.

A relação entre uma política creditícia mais flexível e o aumento do crescimento econômico foi enfatizada na terceira seção desse estudo. O resultado inicial de uma maior disponibilidade de crédito ao consumidor é um aumento na demanda de bens de consumo duráveis, uma vez que concessões de crédito financiam dispêndios que não poderiam ser feitos sem uma rentabilidade financeira mais alta. Com os consumidores

podendo gastar uma maior fração de sua renda, a propensão marginal a consumir é elevada, possibilitando níveis maiores de demanda agregada. Vimos que a utilização da política de crédito ao consumidor como ferramenta de expansão ou contração do setor industrial especializado em bens de consumo duráveis está baseada na constatação de que as vendas e a produção de bens duráveis apresentam oscilações muito mais amplas do que aquelas dos demais componentes do produto agregado, em função das flutuações cíclicas da economia. Dessa forma, os efeitos do multiplicador econômico geram um impacto final na demanda agregada resultante de uma liberação de crédito maior que em outros setores.

As tabelas 4.1 e 4.2 evidenciam o sucesso da equipe de Delfim Netto em expandir o mercado consumidor para bens duráveis. A tabela 4.1 compara as porcentagens de domicílios possuindo televisores em 1960 e 1970. Se considerarmos a média de domicílios por pagamentos mensais de aluguel, podemos notar que em 1960 apenas 27% desses domicílios possuíam televisores, enquanto que, em 1970, a porcentagem sobe para 70%. Podemos concluir, então, que entre 1960 e 1970 houve um grande aumento nas vendas de duráveis. A participação do maior fornecimento de crédito ao consumidor no aumento da produção de duráveis pode ser evidenciada na tabela 4.2. Essa tabela mostra a porcentagem do estoque de bens duráveis comprados com a ajuda do crédito em 1972. Considerando que as compras de produtos duráveis realizadas através do crédito eram extremamente reduzidas antes de 1967, podemos atribuir essa grande porcentagem do estoque de bens duráveis adquiridos via crédito à política creditícia expansionista do “milagre econômico”.

Tabela 4.1: A cidade do Rio de Janeiro em 1960 e 1970: A porcentagem de domicílios em cada decil da distribuição de domicílios por pagamentos mensais de aluguel possuindo aparelhos de televisão

Decis da distribuição de domicílios por aluguel mensal	Televisões	
	1960	1970
0-10	11	40
10-20	14	42
20-30	14	58
30-40	14	61
40-50	20	80
50-60	23	80
60-70	27	83
70-80	34	91
80-90	42	91
90-100	55	93
Média	27	71

Fonte: J.Wells (1977) p.131

Tabela 4.2: Brasil 1972: Estoque de bens de consumo duráveis em % ano classificados de acordo com a forma de aquisição e suas condições.

	Crédito
Automóveis	69
Motocicletas	47
Ar-condicionados	43
Máquinas de Lavar	58
Televisões	71
Geladeiras	66
Fogões elétricos e a gas	59
Bicicletas	37
Máquinas de Costura	39
Aspiradores	34
Enceradeiras	48
Ventiladores	36
Rádios de Mesa	28
Rádios Portáteis	26
Liquidificadores	35
Batedeira	31
Ferros de Passar	11

Fonte: J. Wells (1977) p. 120

Podemos concluir que através de uma série de medidas expansionistas, como o especialização das Financeiras no crédito direto ao consumidor, o fornecimento de prazos de financiamento generosos e o controle temporário de juros, o governo implementava políticas de crédito no âmbito de políticas de estímulo industrial. A política de crédito direto ao consumidor foi responsável, em grande parte, pelo

excelente desempenho da indústria de bens de consumo duráveis, e pela expansão o mercado consumidor brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. P. (org.), *A Ordem do Progresso*, Ed Campus, 1990
- Coates, M.V., *Política de Crédito ao Consumidor e Desempenho do Setor Industrial: Uma Análise da Experiência Brasileira, 1972-1981*, Dissertação de Mestrado PUC-RJ, 1985
- Stepan, A. . , *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*, Yale University Press, 1973
- Furtado, C. , *Um Projeto para o Brasil*, Editora Saga, 1969
- Furtado, C. , *Análise do “Modelo” Brasileiro*, Civilização Brasileira, 1982
- Tavares, M.C, e Assis, J.C., *O Grande Salto para o Caos*, Jorge Zahar Editor, 1985
- Wells, J.R., *Growth and Fluctuation in Brazilian Manufacturing*, Tese de Doutorado apresentada à University of Cambridge, Inglaterra, 1977